



XVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC)

La Comunicación como Bien Público Global:

Nuevos lenguajes críticos y debates hacia el porvenir

Buenos Aires, Argentina, 26 al 30 de septiembre de 2022

Organizan

- ❖ Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIC).
- ❖ Federación Argentina de Carreras de Comunicación Social (FADECCOS).

Ponencia presentada al GI 3 Comunicación, género y diversidad sexual

“Quando e como o gênero me atravessa”: uma análise dos relatos de estudantes da USP

When and how gender crosses me: an analysis of USP students reports

Claudia Lago ¹

José Ilton Porto²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar narrativas de estudantes sobre o momento e situações em que se perceberam atravessados/as pelos marcadores de gênero, a partir de trabalho desenvolvido na disciplina Gênero, Mídia e Educação, ofertada pela Licenciatura em Educomunicação, na Universidade de São Paulo (USP). Para a análise dos relatos discentes, utilizamos a técnica de análise de conteúdo, segundo Laurence Bardin (1997). Em termos teóricos nos apoiamos em autoras que abordam o conceito de gênero, como Joan Scott (1995), Judith Butler (2003) e Guacira Louro (2008). A leitura dos relatos nos permitiu construir e dividir as experiências discentes em categorias específicas, que mostram que a percepção se dá a partir da relação com o outro, seja na forma de interdito,

¹ Professora da ECA/USP. Pesquisadora de Jornalismo e Gênero, coordenadora do AlterGen. Brasil. Email: claudia.lago07@usp.br

² Mestrando do PPGCOM ECA/USP. Pesquisador do AlterGen. Brasil. Email: iltonporto@gmail.com



seja na forma de valorização. E que ela tem pesos diferentes conforme marcadores diferentes. Os relatos foram analisados e apresentados de forma anônima.

Palavras-chave: Narrativas de atravessamentos, Gênero, Mídia e Educação

Abstract: The present work aims to analyze students' narratives about the moment and situations in which they perceived themselves to be crossed by gender markers, based on work developed in the subject Gender, Media and Education, offered by the Degree in Educommunication, at the University of São Paulo. Paul (USP). For the analysis of student reports, we used the technique of content analysis, according to Laurence Bardin (1997). In theoretical terms, we rely on authors who approach the concept of gender, such as Joan Scott (1995), Judith Butler (2003) and Guacira Louro (2008). Reading the reports allowed us to build and divide the students' experiences into specific categories, which show that the perception is based on the relationship with the other, whether in the form of interdiction or in the form of appreciation. And that it has different weights according to different markers. The reports were analyzed and presented anonymously.

Key words: Crossing narratives, Gender, Media and Education

INTRODUÇÃO

A mãe fica grávida, ansiosa para saber se é menino ou menina. Se o quarto será pintado de azul ou rosa. Compra roupas amarelas, porque se usa para ambos. O médico anuncia: “É menino!”. As cores das roupas passam a ser azul e, com isso, aparecem outras possibilidades: vai ser jogador de futebol, vai trabalhar com vendas, como o pai? Na igreja, aprende que a ação do desejo que sente é pecado. Na família, as tias perguntam no Natal: “E as namoradinhas?!”. O menino cresce alimentando o sonho de ter uma esposa, filhos e formar uma família nos moldes tradicionais, até descobrir que não consegue cumprir as expectativas colocadas desde antes de seu nascimento. Ou a história poderia ser outra: é menina, vai crescer linda, querida, delicada, vai casar e ter filhos/as, será uma mãe e, portanto, mulher exemplar. Trabalhará, que é bom, mas só para ajudar em casa. Até que



percebe que também não consegue se encaixar no destino traçado. Não quer ter filhos/as, crianças não fazem parte de sua própria expectativa na vida.

A relação social que se constrói entre o sexo biológico e os lugares sociais a que devem e podem almejar as pessoas, de acordo com esta linha fina variam mesmo num mesmo tempo, mas majoritariamente os papéis de gênero são bem delineados e qualquer pessoa que ousa fugir à rota fixada do gênero e da sexualidade é colocada num patamar de subalternidade, vivenciando o preconceito. Afinal, a família, a igreja, a escola, a universidade, entre outras instituições sociais, não são espaços apenas de circulação de corpos. Todas elas se estruturam como espaços de (re)produção de discursos biológicos, religiosos e políticos que determinam padrões a serem seguidos por todos os sujeitos.

E não são apenas as pessoas que não se conformam às normas que sentem o peso destas. Elas estão presentes e atravessam quaisquer seres humanos, sejam conscientes disto ou não.

Partindo deste pressuposto, a disciplina “Gênero, Mídia e Educação”, que se propõe a “apresentar aos/as alunos/as da Graduação a área de Estudos de Gênero, e a relação destes estudos com a interface Comunicação/Educação. Parte da importância do Gênero como conceito norteador de reflexões teóricas e aplica este conceito a loci de reafirmação e construção das diferenças de gênero, tanto os espaços educativos, quanto a Mídia e sua hegemonia na construção e divulgação de representações sociais”³

Por ser uma disciplina optativa, e pelo crescente debate em torno do campo de gênero, acaba abarcando estudantes dos mais diferentes cursos da instituição, com turmas com mais de 80 alunos/as/es, antes da pandemia. Durante o período pandêmico a disciplina

³ Disponível em <https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=CCA0322&verdis=1>



foi ofertada em 2020, de forma online, e teve mais de 70 participantes. A disciplina é oferecida desde 2017. A partir de 2019 incorporou um exercício de autoanálise por parte de educandos/as/es que consiste na produção de um texto chamado “O Gênero Nosso de Cada Dia”, em que são instados/as/es a descrever “Quando e como o gênero me atravessa”. No Exercício, realizado em 2021, os 69 discentes respondentes indicaram as formas como o “gênero” torna-se um atravessamento na vida pessoal, das relações sociais e da cultura.

O presente artigo, portanto, tem como objetivo investigar como e quando o gênero atravessa as experiências de discentes da disciplina Gênero, Mídia e Educação (2021) da Universidade de São Paulo (USP). Para a análise de dados, utilizamos a técnica de análise de conteúdo, que segundo Laurence Bardin (1997), é um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam a vários discursos. Ela é baseada na dedução e, em relação a interpretação, a análise de conteúdo transita entre dois polos: a objetividade e a subjetividade. Esta técnica se presta a analisar diferentes fontes de conteúdo (verbais ou não-verbais). Nesta pesquisa a análise foi feita sobre o conteúdo dos relatos. Para descrever as análises, utilizamos nomes fictícios para garantir o sigilo da fonte.

Além dessa introdução, o artigo está dividido em “o conceito de gênero”, trazendo contribuições das autoras Joan Scott, Judith Butler e Guacira Louro. Em seguida, dissertamos sobre “o cis da questão”, conceituando cisgeneridade por meio dos relatos dos discentes. Por fim, analisamos na seção “gênero nosso de cada dia”, os atravessamentos de gênero relatados.

O CONCEITO DE GÊNERO

Gênero é um elemento constitutivo de relações sociais, que são baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos (SCOTT, 1995). Para Joan Scott, “gênero é uma forma



primária de dar significado às relações de poder” (1995, p.86). É o primeiro campo no seio do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado.

Segundo Butler (2003), o gênero diz respeito a construção social e histórica do ser, ou seja, às características e atitudes atribuídas a cada um em cada sociedade. O gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado (BUTLER, 2003). O que quer dizer que agir e sentir-se como homem e/ou como mulher, para ficarmos dentro de uma perspectiva binária, que pensa em apenas dois gêneros, depende de cada contexto sociocultural.

O conceito de gênero passa a ser usado, então, com um forte apelo relacional, pois é no âmbito das relações sociais que se constroem os gêneros e estes constituem a identidade dos sujeitos (LOURO, 1997).

O sertão de Guimarães Rosa, numa dimensão metafórica, tem muito a nos ensinar sobre a identidade. “O sertão está em toda parte, o sertão está dentro da gente. Levo o sertão dentro de mim e o mundo no qual vivo é também o sertão”. A identidade surge não tanto pela plenitude do que está dentro de nós, mas de uma falta de inteireza que é preenchida a partir do nosso exterior (HALL, 1997). O sertão, assim como a identidade, não é unificado, está sempre se fragmentando, se transformando, pois para ser sertão é preciso ser tão ser. Dessa forma, é possível pensar as identidades de gênero e sexual de modo semelhante: elas também estão continuamente se construindo e se transformando em suas relações sociais. “A identidade é um conceito capaz de expressar uma síntese de uma construção social que está implicada por formas de identificação pessoal e grupal, mas também por formas de atribuição social” (MACHADO; PRADO, 2008, p. 17).

Por sua vez, as identidades sexuais se constituem por meio de formas de como os sujeitos vivem sua sexualidade, com parceiras/os do mesmo sexo, do sexo oposto, de



ambos os sexos ou sem parceiras/os. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos (ou nenhum dos dois) e assim constroem suas identidades de gênero (LOURO, 2008).

As identidades de gênero abrangem possibilidades como cisgeneridade, transgeneridade, intersexualidade e demais possibilidades de neutralidade, multiplicidade, negação e fluidez de gênero. A identidade de gênero marca ainda corpos, experiências e trajetórias de longo prazo: transexuais, travestis, não-binários e mais; corpos, experiências e expressões de curto prazo: *crossdresses*, *drag queens*, *drag kings*, andrógenos e mais; corpos, vivências e trajetórias localizadas em diferentes contextos culturais: travesti, *hijra*, *mukhannathun*, *fa'afafine*, *fakaleiti*, *ladyboy*⁴ (GONÇALVES, 2017).

O corpo, no dizer de Louro (2008), serve de ancoragem para estas identidades. E dentro do processo cultural, os corpos são ensinados, disciplinados, medidos, avaliados, examinados, aprovados (ou não), categorizados, magoados, coagidos, consentidos, dentro da lógica heteronormativa. Contudo, ainda que sejam tomadas todas as precauções, desde cedo, a partir da construção heterocisnormativa hegemônica nos dispositivos (FOUCAULT, 2007) há aqueles que transgridem os arranjos e subvertem a norma.

A norma predominante em nossa sociedade estabelece que o menino, ao nascer, tenha os atributos do universo masculino: seja viril, a mulher é sensível) e, essencialmente heterossexual. A família, a escola, a igreja e as demais instituições sociais baseiam as suas convicções dentro deste padrão hegemônico. E por meio de imagens e discursos, elas ditam a maneira "certa" dos comportamentos traduzidos nos consumos e nas relações. As

⁴ Hijras são pessoas transgêneras da Índia; mukhannathun são pessoas com experiências de gênero e sexualidade variantes aceitas no Islã; fa'afafine é o terceiro gênero de Samoa; fakaleiti é uma experiência de gênero de Tonga; e ladyboys, a identidade transexual típica da Tailândia (GONÇALVES, 2017, p. 84).



meninas também são direcionadas a comportamentos, consumos e tipos de relações específicas, com o peso de terem de se submeter, desde muito cedo, a lugares subalternos. Pessoas que não seguem estas lógicas são vistas como anomalia. O conceito desta norma foi apontado por Butler (2003) ao retomar os estudos de Gayle Rubin de heterossexualidade compulsória, desenvolve a ideia de matriz heterossexual, que mais tarde passou a ser nomeada de heteronormatividade – uma coerência entre sexo, gênero e prática sexual.

A heteronormatividade é a capacidade da heterossexualidade apresentar-se como norma. Ela regula os corpos, criando um parâmetro de normalidade em relação à sexualidade, evidenciando como normal apenas a atração e/ou o comportamento sexual entre indivíduos de sexos diferentes. Ao ditar o que é certo e errado, a heteronorma afeta as relações sociais, desclassifica e discrimina pessoas a partir da sua condição sexual e identidade de gênero (LOURO, 2008).

O imperativo heterossexual concebe uma regulação de coerência entre sexo-corpo-desejo, bem como estabelece a noção de que o gênero é uma assimilação de significados sobre diferenças sexuais biologicamente dadas. A identidade humana não é fixa, e deveria ser pensada no plural. Contudo, há corpos que pesam, que importam socialmente, e outros que não, que são abjetos, já que não obedecem a norma vigente (BUTLER, 2003).

Conforme Butler (2003), um fenômeno cultural que revela a fragilidade da ficção normativa de gênero é a drag queen, cuja existência levanta questões sérias sobre identidade. A arte drag reside, precisamente no tornar-se, na performatividade de gênero. Expõe que o feminino – e, portanto, gênero – é um conjunto de códigos culturais.

O CIS DA QUESTÃO



Amara Moira Rodvalho, travesti e doutora em crítica literária pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), certa vez escreveu que cis e trans são antes de tudo metáforas. “Cisjordânia, região que margeia o Rio Jordão. Cisplatina, antigo nome do Uruguai, região que ocupa um dos lados do Rio da Prata. Transamazônica, o que cruza a Amazônia; transatlântico, o que atravessa o Atlântico” (RODOVALHO, 2017). Desse modo, um indivíduo é dito cisgênero (do latim cis = do mesmo lado) quando ele não cruza a linha, estando sua identidade em consonância com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer. A pessoa cis é aquela que está adequada ao sistema bipolar de gêneros, em contraste com o transgênero – aquele que cruza a linha (TRANScende) e apresenta algum tipo de inadequação em relação a esse mesmo sistema (LANZ, 2017).

Entendemos que a noção de cisgênero reporta a uma condição sociopolítica e sociocorporificada que demarca privilégios – ou seja, pessoas cuja identidade de gênero é respeitada e legitimada (LANZ, 2017). Vale ressaltar que, mesmo com a carga de privilégio, essas pessoas são atravessadas pelas questões de gênero constantemente. “Sou uma mulher branca, heterossexual, **cisgênero** e classe média. Ou seja, desfruto de muitos privilégios em relação à questão de gênero. Portanto, acreditava, até poucas horas, que não teria muito o que apresentar nesse relato. [...] Sou mulher, e isso é suficiente para que a questão de gênero me atravessasse de forma muito peculiar”, relata, por exemplo, Rebeca, apontando para o atravessamento mesmo quando este aparentemente aí não está

A existência desse privilégio social se dá porque a sociedade naturaliza a cisgeneridade dos corpos, colocando a transgeneridade no campo da anormalidade, da falsidade ou das patologias. Contudo, como mulher, Rebeca vivencia o atravessamento do gênero desde a sua infância até os dias atuais, no seu casamento. O relato, compactua com o pensamento da aluna Lana. “Me entendo como **mulher cis**, sem colocar isso como uma



regra. Vivo me questionando se estou me sentindo bem com isso. Comecei a sentir o peso de ser mulher na adolescência, a menina passava a se tornar o desejo de todos na rua”.

Falar sobre gênero é falar de questões de mulheres e dos homens, de forma que não se difunda o mito de uma esfera separada para as narrativas das mulheres. (SCOTT, 1990). “Como **homem cis**, hétero, branco e classe média, me preocupo com a bolha em que estou inserido e sei que possuo uma visão limitada a respeito dessas discussões [de gênero], e por isso mesmo é que tento, de alguma forma me reeducar e desejo levar essas discussões a outros homens que eu conheço”, afirma André. Homens também são atravessados pelas questões de gênero.

É interessante perceber essa noção de se nomearem como pessoas cis que alguns estudantes tiveram. O termo cisgênero tem circulado na internet pelo menos desde 1994, quando apareceu no *alt.transgendered usenet* em um correio enviado por Dana Leland Defosse. Nele, Defosse não define o termo e parece assumir que os leitores já estão familiarizados com ele. A cunhagem do termo, segundo ela, deve ser atribuída a Carl Buijs, um homem transexual da Holanda, que usou o termo em diversas publicações suas na internet. Buijs afirmou mais tarde, em outro correio, que – quanto à origem da palavra, eu apenas o compus e coloquei em uso (LANZ, 2014). Mas é raro vemos pessoas se nomeando como cis, porque é evidente nomear aquilo que foge à norma, que não aspira o centro. O neutro é sempre o que se coloca acima do que é nomeado. Ser cis, ser branco/a, ser hetero não pede nomeação. É parte, portanto, da luta para desnaturalizar as desigualdades constituídas, nomear o que se pensa como neutro, como não nomeado.

Vale ressaltar que alguns alunos/as trouxeram o debate da cisgeneridade para o âmbito da sua futura profissão, como podemos observar no relato de Jeferson. “No curso de jornalismo, **homens cis** e heterossexuais costumam ser o perfil tradicional de fontes



especializadas ouvidas por repórteres. A partir de minhas reflexões, diariamente questiono o quanto a minha futura profissão ignora ouvir fontes especializadas que são historicamente silenciadas e ignoradas”. O jornalismo é uma instituição perpassada pelo gênero masculino e defende, implicitamente, as normas e valores sociais (VEIGA, 2010), reproduzindo uma heteronormatividade vigente em nossa sociedade (PORTO; FEITOSA, 2017). A identidade profissional condiz com a identidade hegemônica, pois o jornalista é parte da sociedade em que está inserido, partilhando com esta, visões de mundo que o ajudam a estabelecer padrões de normalidade e anormalidade, certo ou errado.

Após refletir sobre cisgeneridade, aprofundamos a análise de como o atravessamento de gênero perpassa estudantes, partindo de categorias conforme os tipos de relato.

GÊNERO NOSSO DE CADA DIA

Do trabalho doméstico

Ela trabalhou a manhã inteira, é professora. Chegou em casa, preparou o almoço, tirou o lixo do banheiro, varreu o chão da cozinha, lavou a louça do dia anterior – que estava acumulada com a do almoço; recolheu as roupas do varal, dobrou e as guardou; tirou a carne do congelador, para preparar o almoço do dia seguinte. Já são 16h45 e Rebeca ainda tem muita coisa para fazer. “Sentei em frente ao computador para preparar as aulas de amanhã, escrever esse relato e finalmente, às 19h30, assistir às aulas do curso de pedagogia. Estarei exausta até lá, certamente aproveitarei menos a aula e muito provavelmente não conseguirei ler os textos recomendados pelo professor de Educação Comparada”, relata.



Segundo Rebeca essa tem sido a sua rotina nos últimos anos. “Eu não consigo culpar nada e ninguém, a não ser o sistema do patriarcado e meu companheiro, que, por mais que discursse em favor da divisão das tarefas domésticas, sente-se muito bem, aparentemente, ao não ser cobrado por nada e usufruir do meu trabalho não remunerado”. Esse relato elucidada o que escreveu a filósofa contemporânea, professora e ativista feminista, Silvia Federici (2019). “Eles dizem que é amor. Nós dizemos que é trabalho não remunerado” (FEDERICI, p.40).

Ao ressaltar que o seu marido não é cobrado pelo trabalho doméstico, Rebeca deixa evidente o quanto essa atividade é imposta às mulheres. Segundo Federici (2019), ele não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em um atributo natural da psique e da personalidade feminina, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da natureza feminina. “O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural em vez de ser reconhecido como trabalho, porque foi destinado a não ser remunerado” (FEDERICI, 2019, p.42).

“Na minha família paterna, as mulheres eram criadas para o cuidado, eram elas que deveriam cozinhar, lavar, arrumar. Mas minha mãe sempre questionou isso, abrindo meus olhos para o problema”, conta Raquel. A sua família paterna naturalizou, assim como está intrínseco na nossa sociedade, que os afazeres domésticos são atributos das mulheres. De acordo com Federici (2019), não existe nada natural em ser dona de casa. “Tanto que são necessários pelo menos vinte anos de socialização e treinamento diários, realizados por uma mãe não remunerada, para preparar a mulher para esse papel, para convencê-la de que crianças e marido são o melhor que ela pode esperar da vida (FEDERICI, 2019, p.43).

Cristina relata que lidou com as imposições de gênero desde a infância. Ao passo que foi crescendo, prezou por sua liberdade financeira e mudou de cidade para fazer a sua



primeira graduação. “Voltei para a casa e no primeiro natal que passei sendo uma administradora formada o que mais ouvi na ceia foi ‘mas você não arranhou namorado lá?’, o auge foi uma tia me dizer ‘você tem que escolher logo, mulher escolhe só até os 25, depois é escolhida’”. É uma história que se repete com muitas mulheres. “Lembro também da minha mãe falando para mim e minhas irmãs sobre nossos futuros relacionamentos, que devíamos encontrar pessoas bem sucedidas para que não tivéssemos que passar pelos mesmos problemas financeiros meus pais enfrentaram. Que me casando com um homem rico eu estaria praticamente feita na vida”, conta Alice. Em entrevista para o jornal a Folha de São Paulo⁵, Federici salienta sobre essa realidade social baseada no casamento como o destino das mulheres. “Eles abriram as portas das fábricas, dos escritórios, e agora podemos trabalhar como trabalhadoras baratas, mas tradicionalmente o casamento era a solução. A mulher tem de achar um homem que traga o salário para casa” (FEDERICI, Folha de São Paulo, 2019).

Do atravessamento de gênero

“O gênero me atravessa, me define, me coloca numa caixa desde antes de nascer, como todas nós. Cria feridas, modelos mentais, acoberta e normaliza violências, e por muito tempo detestei ser mulher, me orgulhava de ser considerada “um cara” pelos meus amigos”, expõe Cátia, que compactua com o relato de Diana. “Acredito que as questões de gênero nos atravessam desde nosso nascimento – e até mesmo antes, quando se descobre

⁵ <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/10/o-que-eles-chamam-de-amor-nos-chamamos-de-trabalho-nao-pago-diz-silvia-federici.shtml>



o sexo do bebê. A partir daí começam a surgir as ‘caixinhas’ às quais é esperado que nos adequemos (menina veste rosa, menino veste azul, menina tem que furar a orelha, menina é delicada, brinquedos diferentes)”.

Todos os relatos analisados até o momento apontam para uma naturalização das funções sociais a serem desempenhadas por cada um dos gêneros, naturalização que ocorre por meio de justificativas e/ou discursos que atribuem as pessoas capacidades, aptidões e predisposições baseadas em supostas características biológicas inerentes aos homens e mulheres, mas que na verdade se cristalizam pela repetição e reiteração incessante desses papéis até que assumam o status de verdade (BUTLER, 2003).

“Acredito que a questão de gênero se tornou presente na minha vida por volta de 2013 (quando completei 13 anos). Nesta idade, comentários sobre o meu corpo, fora do padrão, e principalmente sobre os meus seios eram recorrentes e isso me incomodava, porque eu não compreendia o motivo de tantos comentários e supostas obrigações sobre como eu deveria me arrumar, sobre o que deveria vestir e como agir”, conta Paloma. Dentro do processo cultural, os corpos são “ensinados, disciplinados, medidos, avaliados, examinados, aprovados (ou não), categorizados, magoados, coagidos, consentidos...” (LOURO, p.18). Nossos corpos constituem nossa própria identidade e recebem significação e alteração pela cultura continuamente (LOURO, 2001).

“Acredito que as questões de gênero atravessam as nossas vidas desde o primeiro instante em que chegamos ao mundo. Quando criança, sempre que agi como alguém carinhoso, afetuoso ou generoso, minha conduta era questionada pelos colegas que acreditavam que aquilo era ‘coisa de menininha’. Embora eu não tenha me deixado levar, percebo o quanto isso me afetou e ainda me afeta”, discorre Bernardo, que se identifica como homem cis heterossexual.



Observando o relato acima, percebemos que em nossa cultura, as manifestações de afeto, por exemplo, demonstrada por um homem ou entre dois homens é alvo de uma vigilância muito mais intensa do que entre duas mulheres. Socialmente, as expressões físicas de amizade e de afeto entre homens são controladas, quase impedidas (LOURO, 2001). Porque o pensamento social prevê que “é preciso ser cauteloso e manter a camaradagem dentro de seus limites, empregando apenas gestos e comportamentos autorizados para o ‘macho’” (LOURO, 2001, p.19). Quando o comportamento de um homem não corresponde com o que a norma pede, este é desclassificado, estigmatizado e chamado de “veado”, “mulherzinha”, “boiola” entre outros apelidos pejorativos.

“Quando criança, me foi ensinado que homens e mulheres têm papéis bem distintos, principalmente no que diz respeito à forma como o gênero deveria performar. Em diversos momentos me sinalizavam que ‘isso é coisa de menina’, enquanto ‘aquilo é coisa de menino’. Existia uma fronteira que eu, sendo um menino, não deveria ultrapassar. Esses ensinamentos estavam profundamente imersos em conceitos de gênero construídos dentro de uma sociedade machista e homofóbica, da qual eu não poderia me desvencilhar”, descreve Rodrigo. Esses ensinamentos vêm de um processo minucioso, sutil, sempre inacabado. Família, escola, igreja, instituições legais e médicas mantêm-se, por certo, como instâncias importantes nesse processo constitutivo. Por muito tempo, suas orientações e ensinamentos pareceram absolutos, quase soberanos (LOURO, 2008). Contudo, Rodrigo destaca: “Todo aquele esforço dos que estavam à minha volta não foi suficiente para me impedir de, anos depois, reconhecer e assumir minha sexualidade como homossexual”.

“Como o gênero me atravessa? De muitas formas, de quase todas, porque sou travesti”, enfatiza Sophia, natural de Nova Iguaçu. “Eis que logo comemorando minha mudança [para SP] , fui ao bar da esquina, aquelas vendinhas, sabe, umas cadeiras e



muretinha do lado fora para sentar. Esse é o bar do Edinho. Toda vez que erram meu gênero ali, o Edinho aponta e diz ‘ela’, corrigindo”, fala Sophia.

É notório o desrespeito à identidade de gênero e dignidade das travestis. Marcos Benedetti (2005) apresenta duas justificativas para o emprego do termo travesti como feminino gramaticalmente (a travesti). A primeira, refere-se ao fato de respeitar a utilização do termo êmico –ou seja, as próprias travestis se identificam com o universo feminino – e manter essa designação pode significar uma valorização da transformação corporal buscada por elas. A outra justificativa está no âmbito político. Uma das reivindicações dos movimentos organizados é justamente o respeito e a garantia da construção do feminino entre as travestis e transexuais.

Além de escreverem seus relatos, alguns alunos/as expressaram suas vivências também por meio de desenhos e poesias, deslocando e questionando o gênero, e produzindo uma verdadeira reviravolta na forma de pensar “o gênero nosso de cada dia”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O azul do seu quarto, a cor da roupa, a camisa do time que o pai é torcedor, o bate os discursos que censuram as mulheres desde cedo: “Se comporta e tenha modos! Sente igual a mocinha e fecha as pernas”. A norma estabelecida em nossa cultura acaba evidenciando uma diferença comportamental, na qual os meninos agem de uma maneira e as meninas de outra. Um padrão que acaba limitando a liberdade destes sujeitos, impedindo-os de viverem plenamente sua identidade de gênero e sexualidade.

A família, a igreja, a escola e demais instituições sociais ditam o caminho pelo qual devemos trilhar: a cisgeneridade heterossexual. Porém, como vimos, há pessoas que fogem



da rota fixada e se aventuram por outro caminho. Estes sujeitos desviantes descobrem que são diferentes e se aventuram no desconhecido, sem saber ao certo onde este caminho os levará, sendo atravessados mais contundentes pelas questões de gênero.

Em termos amplos, os relatos analisados apontam para a percepção, por parte de estudantes, do processo de naturalização das funções sociais a serem desempenhadas por cada um dos gêneros, naturalização que ocorre por meio de justificativas e/ou discursos que atribuem às pessoas capacidades, aptidões e predisposições baseadas em supostas características biológicas inerentes aos homens e mulheres, mas que na verdade se cristalizam pela repetição e reiteração incessante desses papéis até que assumam o status de verdade (BUTLER, 2003). Assim, por exemplo, alunas ressaltam que o marido não é cobrado pelo trabalho doméstico, deixando evidente o quanto essa atividade é imposta às mulheres. Ao mesmo tempo, relatos de alunos apontam para o controle exercido sobre suas manifestações de afeto, alvo de uma vigilância intensa, corroborando Louro (2001), quando aponta que, socialmente, as expressões físicas de amizade e de afeto entre homens são controladas, quase impedidas.

Neste contexto não é de se estranhar o desrespeito e as violências que sofreram estudantes LGBTQIA+, marcas do momento em que se perceberam atravessados/as/es pelo gênero. São relatos que, na maioria das vezes dão conta da percepção do atravessamento de gênero a partir de vivências doloridas: alunas que foram abusadas sexualmente – pelo pai ou colega de faculdade; outras assediadas na rua e mercado de trabalho; aquelas que já receberam o salário menor que o do homem, mesmo exercendo a mesma função.

As narrativas nos permitem perceber experiências que deixam evidentes o quanto a nossa sociedade é pensada no masculino e categoriza mulheres e pessoas LGBTQIA+ como subalternas. O gênero atravessa todos os corpos e falar de gênero não se restringe apenas



à história das mulheres, é também falar sobre homens – a opressão que eles também vivenciam e as suas questões de maculindades. Mas, sobretudo, pensar o gênero envolve uma mudança no modo como compreendemos as desigualdades.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence (1997). Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70.

BENEDETTI, Marcos Renato (2005). **Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond.

BUTLER, Judith (2003). Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GONÇALVES, Gean (2017). **Signo da Diversidade: narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) –Universidade de São Paulo. São Paulo.

FEDERICI, Silvia (2019). **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante.

FOUCAULT, M (2007). Vigiar e punir: história da violência nas prisões. 34. ed. Petrópolis, Vozes.

HALL, Stuart (1997). **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Rio de Janeiro.

LANZ, Letícia (2014). **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná. Curitiba.



LOURO, Guacira (1997). **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes.

_____. (2001) (Org.) **Pedagogias da Sexualidade. O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte, Autêntica, pp.07-32.

_____. (2008). **Um corpo Estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 1. ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica.

PORTO, J. I; FEITOSA, Sara (2017). **“Põe a cara no sol, mona”**: a heteronormatividade no **exercício da profissão do jornalista gay**. Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo- São Paulo. Disponível em: <http://www.sbpjor.org.br/congresso/index.php/jpjour/JPJor2017/paper/view/922>. Acesso em: 08 jan. 2022.

PRADO, Marco Aurélio Máximo & MACHADO, Frederico Viana (2012). **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez.

RODOVALHO, Amara Moira (2017). **“O cis pelo trans”**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 25, n. 1, p. 365-373, abr. 2017.

SCOTT, J (1995). **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Tradução de Gender: a useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York, Columbia University Press.

VEIGA, M (2010). **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/25629>. Acesso em: 08 jan. 2022.